

Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil-EUA

Williams Gonçalves(1) e Tatiana Teixeira (2)

1- Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre Estados Unidos (INCT-INEU) e professor de Relações Internacionais da UERJ e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval (PPGEM-EGN).

2- Editora do Observatório Político dos Estados Unidos (OPEU), pesquisadora do INCT-INEU e do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais (NEAI-Ippri/Unesp).

O governo brasileiro de Jair Bolsonaro (2019-) inaugurou inédita direção de política externa, nunca antes vista em qualquer parte do mundo: uma política externa movida exclusivamente por motivações ideológicas, sem compromisso com qualquer concepção de interesses nacionais. A ausência deste norte fundamental, que traz, entre outras consequências, uma adesão excessiva, quase totalmente automática e acrítica às decisões e políticas dos Estados Unidos de Donald Trump, coloca o Brasil em posição de grande desvantagem e insegurança em diferentes âmbitos do plano internacional. Expõe, ainda, a incapacidade da atual política externa de lidar com desafios e obstáculos de um sistema internacional que caminha a passos largos para uma transformação estrutural profunda neste século XXI.

Nesse sentido, este artigo se propõe a inventariar o escasso conjunto de ações adotadas e

resultados obtidos até o momento pela política externa da gestão Bolsonaro (ex-PSL, atual Aliança pelo Brasil) no que se refere a Washington, usando-as como base de sustentação dos argumentos expostos acima. A escolha das relações bilaterais Brasil-EUA não se dá ao acaso.

Ao longo de toda campanha eleitoral, foi este o país apontado pelo então candidato como eixo de suas políticas externa e comercial, assim como inspiração para futuras decisões em outras áreas, entre elas migração, meio ambiente, Oriente Médio (sobretudo em relação ao conflito entre palestinos e israelenses), interação regional, ou multilateralismo (com a rejeição às Nações Unidas e às demais agências do sistema ONU, por exemplo), como apontam Castro (2019) e Lima e Albuquerque (2019), em análises sobre a política externa do governo atual em seu início.

Do mesmo modo, para além de tendências políticas e ideológicas, Bolsonaro manifestou e continua a

manifestar sua admiração particular pela trajetória e pela personalidade do presidente Trump e seu desejo de ser reconhecido como um aliado próximo e preferencial do empresário nova-iorquino. Como gestos emblemáticos de sua adesão, impensáveis para o presidente de uma nação soberana, Menezes (2019) nos lembra do momento em que Bolsonaro bateu continência para a bandeira dos EUA em um evento na Flórida e, mais adiante, repetiu a saudação, ao receber o então conselheiro de Segurança Nacional de Trump, John Bolton, em sua casa, no Rio de Janeiro. Seria, nas palavras de Menezes (2019), uma “nova versão das chamadas ‘relações carnavais’, que se associam aos governos do ex-presidente argentino Carlos Menem (1989-1999)”, no contexto do realismo periférico.

Sobre política externa

A inexistência de precedentes de uma política externa norteada por concepção ideológica e indiferente aos interesses de setores economicamente influentes causa tamanha perplexidade, que nos conduz mesmo a questionar se é adequado considerar política externa o que o chanceler brasileiro tem posto em prática à frente do Ministério das Relações Exteriores. Se concebermos política externa como uma política pública, cujo fim último consiste em promover o desenvolvimento econômico, social e cultural e o bem-estar da nação, explorando as possibilidades que as relações (bilaterais

e multilaterais) com os demais atores internacionais oferecem para satisfazer os diferentes interesses existentes no seio da sociedade que concorrem para a consecução desse desenvolvimento, concluímos que o que o Itamaraty tem feito nos enche de dúvidas a respeito do que vem sendo praticado em nome desse conceito.

A formulação da política externa de um Estado representa a síntese dos diferentes interesses – heterogêneos e até mesmo contraditórios – que compõem o tecido social. A síntese coerente, possível e viável de demandas tão diversas elaborada por aqueles que ocupam a direção das instituições do Estado com objetivos de longo prazo a cumprir se converte nos interesses nacionais (Frankel, 1970). Tais interesses expressam o nível de desenvolvimento econômico, social e cultural alcançado pelo conjunto do corpo social.

No período de 1912 a 1960, por exemplo, a política externa brasileira sintetizava dois interesses permanentes: evitar o protagonismo da Argentina na América do Sul, para isso empenhando-se em equilibrar a balança de poder no Rio da Prata; e manter boa relação com os Estados Unidos, principal mercado para as exportações brasileiras e fonte de investimentos no país. Esses eram interesses de alcance limitado, compatíveis com a estrutura econômica primário-exportadora, em que avultava o papel do café como fonte de divisas, não obstante o esforço industrializante iniciado nos anos 1930 e incrementado

na segunda metade dos anos 1950 (Rodrigues, 1966).

Para que os objetivos da política externa possam ser atingidos, faz-se necessário que as ações a serem desencadeadas pelos agentes credenciados pelo Estado a estabelecer relações com os demais atores estejam em sintonia com a realidade internacional. É necessário, portanto, que os encarregados de elaborar a política externa empreendam acurada avaliação dos interesses que movem os demais atores, bem como das normas que regem o funcionamento das organizações, com as quais o Estado se encontra comprometido. O êxito da política externa depende tanto da clara definição de quais são os interesses nacionais quanto da capacidade de previsão de sua repercussão junto aos atores internacionais, com os quais o Estado se relaciona.

A ideia, muitas vezes difundida, de que existe uma política externa natural não faz, portanto, nenhum sentido. Política externa natural não existe. O que existe de perene são os princípios que devem reger toda e qualquer política externa, tais como aqueles especificados no Artigo 4º da Constituição Federal, promulgada em 1988: “I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo

político; Parágrafo único: A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, social e cultural dos povos da América latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

Toda política externa é produto da inter-relação dos interesses internos, considerados prioritários, com as possibilidades externas, percebidas por meio da avaliação do quadro internacional. Nesse processo, não há lugar para certezas. Não há nada que seja natural. Tudo depende de interpretações e de escolhas. Tudo depende dos pressupostos e dos instrumentos usados por quem analisa o quadro interno e o quadro externo e, por esse meio, chega à conclusão a respeito de quais devem ser as prioridades internas a serem atendidas e as possibilidades externas a serem exploradas. As interpretações e escolhas são feitas por aqueles eleitos para governar o país, em conformidade com o programa de governo elaborado pelo partido, ou pela coligação de partidos políticos, ao qual o governante e seus auxiliares pertencem. É do processo político que se decanta os interesses nacionais.

O fato de a elaboração de política externa depender de interpretações e de escolhas não significa, no entanto, que ela possa ser aleatória. Significa que há muito espaço para variações, mas que também há limites a serem respeitados. A vontade de tudo fazer para promover os interesses nacionais deve respeitar, entre outros, os limites

da soberania, da geografia, da capacidade militar e dos compromissos firmados com as instituições internacionais e com os demais países. Desde o início da década de 1960, a inserção internacional do Brasil sofreu importante mudança. Desse período em diante, o Brasil passou a figurar no sistema internacional como um país orientado no sentido de promover mais intensamente seu processo de industrialização. Não que a agricultura deixasse de ter importância. Absolutamente. A agricultura e a pecuária continuam como importantes atividades produtivas geradoras de divisas para a economia do país. Afinal, o país possui capacidade e potencialidades agropecuárias que não podem, de modo algum, serem negligenciadas. O desenvolvimento industrial passou a receber prioridade, contudo, a partir dos anos 1960, em virtude de sua superior capacidade de gerar empregos e de estimular o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

A busca da mais adequada política externa para essa condição do Brasil de país em desenvolvimento originou duas visões distintas a respeito de como deve se dar o desenvolvimento e de como o país deve se relacionar com o restante do mundo. Essas duas visões vinham-se alternando nos sucessivos governos. Foram elas a liberal e a nacionalista. Cada governo que representava uma dessas duas visões julgava que estava fazendo o melhor que podia para compatibilizar interesses internos e

oportunidades externas, objetivando promover o desenvolvimento – ou o que entendia por desenvolvimento. As mais destacadas características dessas visões são as seguintes (Gonçalves, 2011):

a) Liberal: Entende que as relações internacionais se reduzem à economia; comércio, investimentos e empréstimos são os fatores responsáveis pelo comportamento dos atores; é o funcionamento do mercado que determina o lugar de cada Estado no sistema internacional e que determina, conseqüentemente, as mudanças; deve-se conceder absoluta prioridade às relações com os países industriais avançados, por serem eles detentores de maiores mercados consumidores, detentores de capitais excedentários disponíveis para investimento e controladores das instituições econômico-financeiras internacionais, às quais o país não está livre de recorrer em virtude de eventuais dificuldades; considera que a participação em blocos econômicos pode ser interessante, desde que estejam eles limitados ao objetivo de promover o livre-comércio; por fim, considera ser contraproducente envolvimento com iniciativas políticas, objetivando contestações à ordem internacional, seja no campo dos direitos humanos, do meio ambiente, do armamento, da questão nuclear, ou de qualquer outro tema, ou área;

b) Nacionalista: Entende que as relações

internacionais não são compostas exclusivamente por fatores econômicos (comércio, investimentos e empréstimos), mas também por fatores políticos (segurança e defesa) e por fatores culturais, dentro de uma lógica político-estratégica; considera que as relações com os países em desenvolvimento são importantes, porque com eles se torna possível formar frentes nos diferentes fóruns multilaterais, fortalecer a busca da autonomia decisória e, assim, extrair vantagens não obtíveis junto aos mais fortes nas relações bilaterais; entende que os blocos econômicos são importantes não apenas para promover o comércio, mas também para aumentar a densidade de poder e, assim, aumentar correspondentemente a capacidade de barganha de cada componente (por isso, o livre-comércio é insuficiente); por fim, considera que, pelo fato de a ordem internacional ter sido erguida pelos mais desenvolvidos para privilegiá-los, é necessário lutar por mudanças na ordem internacional como forma de lutar pelo desenvolvimento.

Sem apresentar uma teorização que explique as razões mediante as quais tem conduzido as relações do Brasil com os demais atores internacionais, particularmente com os Estados Unidos, o atual governo brasileiro virou as costas para essas duas conhecidas concepções de política externa. Pela primeira vez, os responsáveis pelo Estado têm-se orientado tão-somente por ideias que

não apresentam qualquer consistência com os interesses concretos dos diversos setores que se acham comprometidos com o processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil. Como afirmam Lima e Albuquerque (2019), a política externa passou a adotar uma “estratégia do caos”, tornando-se um “espaço de políticas declaratórias” repleto de “cacofonias”. O resultado tem sido o desgaste da imagem do país na cena mundial e uma “crescente dilapidação das relações exteriores do Brasil com os demais atores internacionais” (Castro, 2019, p. 9).

A política externa atual parece praticada para satisfação exclusiva de setores que idealizam o país e idealizam as relações com outros países, mas que não apresentam vínculos com o processo produtivo. A política externa passou a ser mero campo para exercício ideológico. E, na medida em que esse exercício ideológico vai sendo realizado, rompendo inclusive com os mais elementares protocolos diplomáticos, o país tem-se isolado no sistema internacional e se transformado em uma base, a partir da qual os setores mais agressivos do aparelho de Estado dos Estados Unidos têm agido no sentido de fazer valer seus propósitos na América do Sul. Para Cruz (2019, s/p):

Ruptura, sim, mas o corte realizado é muito mais longo e profundo: ele não nos separa apenas da política externa do período pós-democratização, mas da

tradição histórica da diplomacia brasileira em seu conjunto [...] O mistério da condução aparentemente alucinada se desfaz quando reconhecemos que a política externa nas mãos de Bolsonaro não é uma ferramenta para a promoção do interesse público, mas um instrumento, de uso privado, para a afirmação e fortalecimento de seu grupo político.

Em seu discurso de posse, em 2 de janeiro de 2019, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, prometeu nova abordagem para a política externa brasileira. Segundo ele, uma nova etapa estava se iniciando, cuja base seria o combate ao globalismo. Nas palavras do chanceler Araújo (2019a, s/p), “o presidente Bolsonaro está libertando o Brasil por meio da verdade. Nós vamos também libertar a política externa brasileira, vamos libertar o Itamaraty [...] Não estamos aqui para trabalhar pela ordem global. Aqui é o Brasil”.

Meses depois, em 10 de junho do mesmo ano, por ocasião do seminário sobre “Globalismo”, realizado no Palácio Itamaraty, o ministro de Estado procurou definir com mais clareza o que seria o globalismo, esse alvo que o novo governo elegeu para a política externa brasileira, ressoando o “discurso populista jacksoniano, nacionalista e individualista” de Trump (Gonçalves e Teixeira, 2019, p. 201). De acordo com Araújo (2019b, s/p), o globalismo é “o momento em que o comunismo, o fisiologismo, o gramscismo, [...], ocupa o coração que

tinha sido deixado vazio da sociedade liberal”, um vazio que seria representado pela ausência de Deus, da fé cristã e de seus valores. Difícil enxergar nestas palavras a sombra, que seja, de uma futura política externa madura, autônoma e à altura de um país com os recursos e as demandas do tamanho do Brasil.

Para deixar registrado como o mundo tomou conhecimento dessa nova abordagem governamental da política externa brasileira, o ministro Araújo evocou a participação do presidente Bolsonaro no Fórum Econômico Mundial de Davos. Convém reproduzir mais uma vez suas palavras (Araújo, 2019b, s/p):

Eu acho que um momento simbólico desse movimento – movimento no qual o Brasil tem um papel fundamental –, um momento simbólico, é no último Fórum Mundial de Davos, onde, no discurso de abertura, o presidente Bolsonaro, no final, falou de Deus. Falou de Deus. Eu não sei, não fui pesquisar, mas eu acho que provavelmente foi a primeira vez em que um chefe de Estado fala, usa a palavra Deus, acreditando nele, sobretudo no Fórum de Davos! Eu imagino as pessoas ali tendo que olhar no dicionário – assim, “o que significa esse nome?” – em um momento, realmente, de certo desconcerto.

A nova política externa anunciada por Araújo passou do plano filosófico para o plano substantivo quando da ameaça de invasão militar à Venezuela, quando do

anúncio (já retirado) da transferência da Embaixada do Brasil de Tel Aviv, Israel, para Jerusalém, e quando das ameaças dirigidas aos argentinos de excluir o país do Mercosul em caso de vitória eleitoral dos candidatos peronistas Alberto Fernández e Cristina Kirchner, entre outros episódios alinhados com preferências e políticas do atual governo americano.

A primeira manifestação exemplar desta nova modalidade de política externa aconteceu com as seguidas viagens do chanceler Araújo aos Estados Unidos para se encontrar com o secretário de Estado americano, Mike Pompeo, e com John Bolton. Em virtude da clara posição favorável a uma intervenção militar na Venezuela para derrubar o governo de Nicolás Maduro desses dois auxiliares de Trump, começou a circular a ideia de que o chanceler estaria comprometendo o Brasil com algum plano de invasão do país vizinho. Esse projeto acabou sendo abortado, todavia, em razão das manifestações em sentido contrário de militares brasileiros, em especial do vice-presidente Hamilton Mourão, por considerá-lo política e militarmente temerário e inconveniente.

A segunda manifestação alarmou os exportadores brasileiros de carne bovina e de frango, preocupados com a previsível reação negativa dos importadores árabes dos produtos brasileiros, já que estes obviamente interpretariam essa decisão como uma tomada de posição brasileira em favor de Israel na conflituosa relação que este

país tem com palestinos e com árabes, em geral. Caso essa medida tivesse sido levada realmente a efeito, teria colocado o Brasil em um incômodo isolamento internacional, acompanhado apenas de Estados Unidos e Guatemala, uma vez que ela vai de encontro à Resolução 478 (1980) do Conselho de Segurança da ONU, que não reconhece a decisão do Estado de Israel de declarar Jerusalém capital do país.

A justificativa apresentada pelo presidente para transferir a Embaixada brasileira de uma cidade para outra teria sido a promessa feita aos líderes religiosos evangélicos na campanha eleitoral. Esses líderes religiosos convenceram o presidente, argumentando que a decisão da mudança colocaria o Brasil em consonância com os preceitos bíblicos. A decisão foi sustada, porém, tanto em virtude da apreensão dos árabes, que imediatamente emitiram sinais de descontentamento com a medida anunciada pelo Governo, quanto do setor exportador brasileiro, que se veria privado de um mercado importante para seus produtos. Números da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (Anba, 2020, s/p) apontam que, em seu conjunto, estes países reunidos na Liga Árabe se tornaram o terceiro maior destino das exportações brasileiras em 2019, com US\$ 12,1 bilhões, tendo frango, açúcar, minério de ferro, carne bovina e grãos como os principais itens da pauta de importação. Assim, além de mudar a histórica posição diplomática brasileira de manter boas relações

simultaneamente com árabes e israelenses, a transferência da Embaixada prejudicaria economicamente um setor que aderiu e apoiou, de forma entusiasmada, a candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência.

Ao se intrometer nas questões políticas domésticas do país vizinho, defendendo a reeleição do presidente Mauricio Macri e ameaçando os demais candidatos à Presidência com a exclusão da Argentina do bloco econômico caso fossem eleitos, Bolsonaro gerou mais descontentamento entre argentinos e brasileiros, em uma terceira manifestação dessa nova política externa, alinhada com os Estados Unidos e com seus interesses regionais. Se a vontade do presidente for levada a efeito, uma decisão desse tipo afetará negativamente o conjunto da economia brasileira. O governo manteve, no entanto, o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel.

Brasil e Argentina cultivam uma sólida relação comercial. Considerando-se os países individualmente, a Argentina é hoje a quarta maior compradora de produtos brasileiros, ficando atrás apenas de China, Estados Unidos e Holanda (ou em quinta posição, caso se inclua os países árabes em terceiro). De acordo com o números disponíveis no site do Ministério da Economia – Indústria, Comércio Exterior e Serviços [3], em 2019, de um total de quase US\$ 224 bilhões nas exportações brasileiras, a China foi, com folga, nosso principal importador (US\$ 62,8 bilhões,

sobretudo, em soja, óleos brutos de petróleo, minérios de ferro e concentrados, celulose, carne bovina e carne de frango), seguida dos EUA (US\$ 29,5 bilhões), da Holanda (US\$ 10,1 bilhões) e da Argentina (US\$ 9,7 bilhões).

Uma decisão dessas contrariaria a Constituição Federal e a mais elementar racionalidade econômica. Para uma economia deprimida, que enfrenta enorme dificuldade em retomar o crescimento, a perda do mercado argentino representaria desastre de grandes proporções. Ademais, além das questões econômicas mais imediatas, todo trabalho realizado por sucessivos governos de ambos os países de criar um ambiente de paz e de cooperação seria desperdiçado. Como Alberto Fernández e Cristina Kirchner foram eleitos, porém, é de se esperar que as relações entre os dois países fiquem um tanto difíceis, por algum tempo.

Relações Brasil-Estados Unidos: antecedentes

Ao longo do século XX e até meados dos anos 1980, a relação com os Estados Unidos foi central para a identidade, para a autopercepção do Brasil e para a definição do paradigma a ser adotado pela política externa brasileira: se “americanista”, se “globalista”, com momentos de um uso mais pragmático e instrumental dessa relação, e outros, de maior carga ideológica (Pinheiro, 2004). Como

explica Pinheiro (2004, p. 64), no *americanismo*, os Estados Unidos funcionam como eixo, diante da percepção de que uma maior aproximação com o vizinho do Norte aumentaria os recursos de poder do Brasil. A autora distingue entre: o *americano ideológico*, que privilegia fatores de ordem normativa e uma suposta convergência de valores e ideologias entre os dois países (caso do governo Castelo Branco); e o *americanismo pragmático*, de natureza instrumental e que defende o aproveitamento das oportunidades possivelmente resultantes da aliança com os Estados Unidos (no período Costa e Silva, por exemplo).

No *globalismo*, que teve na Política Externa Independente sua “primeira manifestação sistemática” (Pinheiro, 2004, p. 36), é a diversificação de parcerias nas relações externas que surge como condição para o aumento do poder de barganha do Brasil, inclusive com Washington (Pinheiro, 2004, p. 35).

Assim, por quase todo o século XX, com mais ou menos ênfase, o Brasil buscou e teve a expectativa de ser reconhecido como um aliado importante dos Estados Unidos. De fato, apesar de algumas idas e vindas, os EUA têm sido um dos mais importantes parceiros comerciais e políticos do Brasil. Além disso, a relação com os EUA veio-se constituindo, indiretamente, como elemento essencial na construção da identidade internacional do Brasil, já que a maioria das mudanças sistêmicas

ainda está relacionada ao papel dos EUA no plano internacional (Teixeira, 2015). Hirst (2004) sugere quatro modelos para se entender essa relação bilateral assimétrica sob uma perspectiva brasileira: 1) aliança não escrita (*unwritten alliance*), período que vai do início do Brasil republicano até os anos 1940; 2) alinhamento (de 1942 a 1977); 3) autonomia (de 1977 a 1990); e 4) ajuste (dos anos 1990 até o final do governo Fernando Henrique Cardoso). Em cada um desses períodos, a autopercepção do Brasil, a identificação ideológica e política das elites brasileiras com o *American way of life* e com os valores ocidentais, assim como a compreensão das fraquezas e das possibilidades do Brasil no sistema internacional determinaram o grau de aproximação com os EUA (Silva, A., 1998).

Assim como nos EUA, também no Brasil as condições iniciais de formação da nação forneceram a base do que seriam os valores-núcleo do país e da identidade nacional. Se, para os EUA, o mito fundacional estimulou crenças como o Excepcionalismo americano, a ideia de Experimento americano e o Destino Manifesto, no Brasil, seu tamanho continental, a resolução pacífica das questões fronteiriças e sua condição geográfica contribuíram para compor o conjunto de características permanentes da política externa brasileira e de aspectos de sua autopercepção: grandeza, multilateralismo, um país pacífico com um ambiente regional pacífico e um

importante mediador de conflitos (Lima e Hirst, 2006, p. 1).

Hirst e Pinheiro (1995) consideram que as mudanças ocorridas nos governos Fernando Collor e Itamar Franco resultaram de variáveis de natureza doméstica e internacional, fazendo que, a partir de 1993, algumas estratégias de inserção internacional do país fossem revistas e ajustadas. Segundo as autoras, foram revisões nos meios e nos métodos, com uma readequação de estratégias em relação à comunidade internacional, após a crise de paradigma no fim do governo Collor.

De acordo com as autoras (Hirst e Pinheiro, 1995), os anos 1990 significam, para a política externa brasileira, a ruptura de um consenso construído a partir de 1974 com base em sólida estrutura burocrática e no apoio das elites políticas e econômicas do país. Esse consenso dizia respeito ao projeto de inserção autonomista, visando à atuação independente e ativa no sistema internacional e com um sentido fortemente instrumental para a estratégia desenvolvimentista brasileira. Transformações externas e internas, ocorridas após a segunda metade da década de 1980, afetaram a base de sustentação e de legitimação desse projeto, comprometendo sua continuidade. Entre essas transformações, estão o reordenamento do sistema político internacional no Pós-Guerra Fria, o aprofundamento do processo de globalização econômica do sistema mundial e a evolução

tecnológica (Gonçalves, 2011, p. 12).

Como metas e prioridades do governo Collor, Hirst e Pinheiro (1995) citam a atualização da agenda internacional do país de acordo com as novas questões e com o novo *momentum* internacional; a construção de uma “agenda positiva” para os Estados Unidos; e descaracterizar o perfil terceiro-mundista do Brasil. Isso significaria abandonar a postura “defensiva” sobre o tema ambiental, buscar uma negociação rápida sobre a legislação de propriedade intelectual, sinalizar a disposição do governo de alterar a postura em relação ao desenvolvimento de tecnologias sensíveis, ser “mais flexível” aos regimes de não-proliferação (no plano internacional) e restringir a participação dos militares na condução da política nuclear (no plano interno).

Mesmo que as medidas econômicas que levaram à estabilização tenham começado, em parte, no governo Collor (com a adoção acrítica do modelo neoliberal) e na administração Itamar (com a implementação do Plano Real)/Fernando Henrique Cardoso, no governo Lula, o Brasil ganhou amplo destaque e avançou em seu *status*, papel e espaço de atuação. Essa mudança de percepção resultou da consolidação das transformações domésticas em curso, como redemocratização, amadurecimento institucional, abertura da economia, adesão a regimes internacionais, políticas de inclusão social e também da percepção da comunidade internacional

a respeito desses dois presidentes.

Assim, além das significativas mudanças em termos socioeconômicos no país, registra-se o começo de uma abordagem mais direta e expansiva do Brasil no plano externo, que levaria a uma busca consciente de uma relação menos assimétrica com os EUA e com as demais potências nos fóruns e nas organizações internacionais.

Conforme Gonçalves (2011, p. 27), no período Lula (2003-2010), “a diplomacia brasileira buscou cultivar diálogo fluente” com os Estados Unidos, contrariando expectativas internas e externas de algum radicalismo por parte do novo governo. Como mostram diversos discursos do presidente Lula e de seu então chanceler, Celso Amorim, consultados para este artigo (Amorim, 2003; Silva, L. I., 2003), os EUA são vistos, neste período, como “parceiros” em uma relação “madura” de agenda e interesses “comuns”, com base no princípio da reciprocidade e sem a histórica necessidade de aprovação de Washington, que marcou governos anteriores.

Trump e Bolsonaro: ganhos para quem?

As atuais relações do Brasil com os Estados Unidos não são motivo de grande perplexidade pelo simples alinhamento, portanto. Em outros momentos da história, o Brasil se alinhou. O que causa espanto desta vez, no entanto, é que, por mais que se procure, nada se encontra que possa ser

qualificado como do interesse nacional. Desde o início do atual governo, o Brasil diminui sua margem de manobra: cede aos EUA sem expectativa de reciprocidade e mesmo sem que tenha havido qualquer tipo de pressão por parte do vizinho do Norte (Teixeira, 2019). Cedemos por antecipação e por escolha.

Ao voltar de sua primeira viagem bilateral depois de eleito, a qual teve a Casa Branca como destino, em março de 2019, Bolsonaro e seu gabinete trouxeram como ganhos uma série de concessões unilaterais feitas pelo Brasil (Menezes, 2019; Teixeira, 2019): a lista incluiu a promessa do fim da exigência de visto para cidadãos americanos; a entrega da Base de Lançamentos Aeroespaciais de Alcântara (MA), por meio da assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, já aprovado pelo Congresso brasileiro (MRE, 2019a); e a perda da condição de país em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC). Em troca, o país teria o apoio do governo Trump para o ingresso na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o de se tornar um “aliado prioritário extra-OTAN” (MRE, 2019b).

Outros anúncios feitos nessa oportunidade, sem detalhes, incluem uma “Parceria para Prosperidade”, com o objetivo de se criar empregos e reduzir barreiras ao comércio e aos investimentos; o aprofundamento da parceria no combate ao terrorismo, ao

tráfico de armas e de drogas, aos crimes cibernéticos e à lavagem de dinheiro, por meio do Fórum Permanente de Segurança Brasil-EUA; a assinatura de dois instrumentos para melhorar a segurança de fronteira (Teixeira, 2019). De acordo com nota divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE, 2019c), Trump e Bolsonaro “assumiram o compromisso de construir uma nova parceria entre seus dois países com foco no aumento da prosperidade, na melhoria da segurança, na promoção da democracia, da liberdade e da soberania nacional”. Na prática, porém, o que se viu até agora foi uma assimetria na distribuição de benefícios. É o que questiona Cruz (2019, s/p):

Política externa? Cabe usar a expressão para falar da ação aparentemente desatinada do governo de turno nesse âmbito? A noção de política supõe a definição clara de objetivos e o traçado de linhas de conduta -- adequadas aos meios disponíveis e às circunstâncias -- para alcançá-los. Como encaixar nessa definição um padrão de comportamento caracterizado pelos referidos disparates e por medidas insólitas como as concessões unilaterais anunciadas durante a visita de Bolsonaro a Washington, (abertura do mercado de trigo às exportações americanas; abandono vantagens da cláusula do tratamento especial e diferenciado na OMC), por exemplo?

Em março de 2020, o presidente

Bolsonaro fez nova visita aos EUA, durante a qual foi assinado, no Comando Sul, o “Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América referente a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (Acordo RDT&E)”. Segundo o ministro Ernesto Araújo (2020), trata-se de um acordo de pesquisa e desenvolvimento para acesso à tecnologia militar. Recomenda-se, no entanto, especial atenção às seções sobre “invenções de projeto e patentes”, “visitas às instalações” e “venda e transferência a terceiros”.

Segundo o *Boletim Informativo Brasil-Estados Unidos* de janeiro de 2020 (MRE, 2020), no ano passado, as exportações do Brasil para os EUA chegaram a 13,2% do total do exportado pelo país, e as importações de bens norte-americanos, a 17% do total importado naquele período, com um fluxo comercial de US\$ 59,8 bilhões. Na área das relações econômicas, porém, a China é hoje o parceiro mais importante do Brasil. Nos últimos dez anos, os chineses investiram quase US\$ 60 bilhões no país. Investimentos esses feitos em setores como bancos digitais, lojas de alta tecnologia, celulares usados e até mesmo em transporte por aplicativo. Segundo dados do Conselho Empresarial Brasil-China [4], a soma das importações e exportações entre os dois países alcançou a soma recorde de US\$ 98,9 bilhões.

A expressividade desses números foi, decerto, responsável pela

mudança de atitude do presidente da República em sua recente visita à China, em outubro de 2019. Em sua campanha eleitoral e no início do mandato, o então candidato e depois presidente anunciou, reiteradamente, que seria duro com os chineses e não permitiria que eles “comprassem o Brasil”, o que foi repetido quase com as mesmas palavras por seu ministro das Relações Exteriores. Quando da visita à China, Bolsonaro mudou o discurso, porém, afirmando que iria propor aos chineses que aumentassem seus investimentos e suas compras no Brasil. Enquanto isso, no mesmo período de dez anos, houve significativa redução dos negócios entre Brasil e Estados Unidos. Depois da crise de 2008, verificou-se essa redução, passando os Estados Unidos à condição de terceiro parceiro do Brasil, a seguir à União Europeia.

Observar a questão pelo lado dos Estados Unidos tampouco ajuda a entender o atual comportamento político-diplomático brasileiro. A política externa do Governo Trump, que se define teoricamente como “realista principista” e que tem por lema “América em Primeiro Lugar”, julga os Estados Unidos como um Estado credor. Segundo Trump, os Estados Unidos viram seu poder desgastado por terem sido demasiadamente condescendentes. Ao estimularem a globalização e a multilateralização das relações internacionais, os Estados Unidos teriam fortalecido os demais Estados às expensas de seus próprios interesses nacionais.

Em vista disso, desde o início do mandato, Trump tem buscado rever todos os compromissos assumidos pelos antecessores, para suprimir tudo aquilo que considera vantagens excessivas obtidas pelos outros Estados. A tônica da política de Trump tem sido a de nada oferecer que não seja o negociado segundo o mais puro realismo, isto é, o de nada conceder que não seja em troca de benefícios reais e palpáveis.

Considerações finais

A política externa nacionalista de Trump não comporta preocupação com tecer alianças. Trump não demonstra interesse em se posicionar como líder de uma potência hegemônica. Pelo contrário. Segundo ele, foi justamente o afã em ocupar posição hegemônica que levou seus antecessores na Casa Branca a distribuírem concessões. Sua atitude, portanto, é de cobrar dos aliados recompensa pelos investimentos que os Estados Unidos fizeram em facilidades fiscais e em defesa. No caso da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Trump foi bem incisivo quanto a isso, argumentando que os europeus haviam sido demasiadamente beneficiados pelas despesas militares dos Estados Unidos para proteger a Europa e que já estava na hora de os europeus pagarem mais pela sua própria segurança.

É bem verdade também que, em virtude da nova configuração multipolar do sistema internacional de

poder, os Estados Unidos não podem admitir perder a influência sobre a América Latina. O apoio em bloco da América Latina é uma das condições básicas para a condição de superpotência dos Estados Unidos. Em uma configuração como essa, os norte-americanos não podem aceitar a ideia de a América Latina não atuar alinhadamente e, muito menos ainda, admitir o surgimento de um poder francamente insubmisso.

No passado, a esmagadora presença econômica dos norte-americanos nas economias locais facilitava enormemente as interferências políticas. A representação diplomática e a figura do embaixador tinham grande importância. Muitas pressões e até mesmo golpes de Estado eram urdidos abertamente dentro das embaixadas. Ainda que fosse escandaloso, não era considerado estranho. Era assim mesmo como as coisas se passavam.

Hoje, porém, a realidade é um pouco diferente. No quadro atual, os interesses econômicos chineses têm grande peso. Mas não apenas os chineses. Os russos também demonstram seu interesse. No passado, russos e chineses agiam apenas na sombra, e mesmo assim apoiando partidos comunistas e grupos restritos. Neste século XXI, chineses e russos atuam abertamente para proteger seus aliados. Não fora a atitude firme dos dois em declarar sua preocupação com a Venezuela, os Estados Unidos poderiam ter iniciado uma aventura militar para retirar Nicolás Maduro da

Presidência, contando com o apoio do Brasil. Vale acrescentar que, quando se diz atitude firme, estamos a nos referir à venda de material bélico, instrução militar e Inteligência.

Em vista desse cenário desfavorável a interferências políticas abertas, as ações encobertas e a dimensão ideológica passaram a ter uma importância ainda muito maior. Referindo-nos exclusivamente ao Brasil, pode ser definido como escandaloso o fato de um autodenominado filósofo residente nos Estados Unidos orientar publicamente as ações de governo, a ponto mesmo de ter sido responsável tanto pela noemação quanto pela demissão de ministros de Estado e de participar de encontros de autoridades brasileiras com autoridades governamentais norte-americanas. Coisa parecida poderia ser dito a respeito das ações de igrejas neopentecostais.

A ampla disseminação do uso de mensagens via aparelhos celulares tem facilitado significativamente o trabalho de interferência. Mediante a difusão simultânea em grande escala de notícias mentirosas, cujo objetivo é desinformar, caluniar e desmoralizar, facilmente se promove uma ação de caos, a partir da qual se torna possível mudar o curso dos acontecimentos. Em seu livro intitulado *Guerras Híbridas – das Revoluções Coloridas aos Golpes*, Andrew Korybko (2018) analisa como os Estados Unidos têm lançado mão desse expediente para virar o jogo político a seu favor em diferentes partes do mundo.

As relações bilaterais Brasil-Estados Unidos se inserem, portanto, dentro desse contexto. Os diplomatas brasileiros, que eram reconhecidos pela excelente formação profissional, pela disciplina e pelo respeito à hierarquia, fatores que garantiam competência e uniformidade ao serviço diplomático do país, foram flagrantemente rebaixados e substituídos nas missões mais importantes por neófitos, cujo único atributo era uma suposta amizade com autoridades norte-americanas. A própria embaixada do Brasil em Washington, antes reservada aos mais experientes e notáveis diplomatas, passou longo período dirigida por interino, enquanto se discutia se ela devia, ou não, ser ocupada por um deputado sem qualquer qualificação, nem mesmo a necessária intimidade com o idioma local.

Esse incomum padrão de relacionamento político-diplomático com os Estados Unidos, fundado exclusivamente em fatores ideológicos, não apresenta e tampouco poderia apresentar qualquer resultado que possa ser considerado proveitoso aos segmentos sociais que mais diretamente dependem deles. Enquanto o governo brasileiro ameaça com decisões descabidas e temerárias – tal como transferir a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, com a finalidade de acompanhar a decisão que havia sido anunciada por Trump; ou quando vota contra uma resolução da ONU que condena e pede o fim do embargo que os Estados Unidos impõem a Cuba, o

que alterou a posição adotada desde 1992, quando essa resolução foi votada pela primeira vez –, os Estados Unidos frustram todas as expectativas do governo brasileiro.

O anúncio do governo norte-americano de manter, em um primeiro momento, a decisão tomada há dois anos de fechar o mercado do país para a carne bovina do Brasil, pelo fato de as autoridades sanitárias não estarem ainda convencidas de que o produto está de acordo com as normas estabelecidas, foi uma das muitas frustrações. Afinal, na visita que fez aos Estados Unidos em março de 2019, o presidente brasileiro pediu diretamente a Trump uma resposta positiva, uma vez que o produto tem grande peso na pauta de exportações, e o presidente conta com o apoio político dos pecuaristas. A decisão foi revertida em fevereiro deste ano, mas se soma a outras idas e vindas nas promessas e declarações de Trump ao colega Bolsonaro, reforçando a inconsistência e fragilidade desse vínculo bilateral.

O mesmo teria sido o caso do veto norte-americano à pretensão alimentada pelo governo de ingressar o Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), se não fosse pela vitória de Fernández na Argentina.

Notas

3) Informações disponíveis em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>>. Acesso em: jan. 2020.

4) Conforme números disponíveis em <www.cebc.org.br>.

Referências bibliográficas

AMORIM, Celso. 2003. Discurso do Embaixador Celso Amorim, por ocasião da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, em Brasília. 1º jan. 2003. In: SILVA, Luiz Inácio Lula da Silva; AMORIM, Celso; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *A Política Externa do Brasil*. Brasília: Ipri/Funag, 2003. p. 49-60.

ANBA (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS BRASIL-ÁRABE). 2020. *Árabes se tornam 3º maior destino da exportação brasileira*. Disponível em: <<https://anba.com.br/arabes-se-tornam-3o-maior-destino-da-exportacao-brasileira/>>. Acesso em: jan. 2020.

ARAÚJO, Ernesto. 2020. Ministro Ernesto Araújo avalia a visita do presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos (10 de março de 2020), *Funag*. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/index.php/pt-br/2015-02-12-19-38-42/3173>>. Acesso em: jan. 2020.

_____. (2019a). Discurso do embaixador Ernesto Araújo na cerimônia de posse no Ministério das Relações Exteriores, em 2 de janeiro de 2019. *Ministério das Relações Exteriores*. Disponível em: <[www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/19907-discurso-do-](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/19907-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019)

[ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/20512-discurso-do-senhor-ministro-de-estado-por-ocasio-da-abertura-do-seminario-sobre-globalismo-da-funag-palacio-itamaraty-10-de-junho-de-2019)>. Acesso em: jan. 2020.

_____. (2019b). Discurso do senhor ministro de Estado por ocasião da abertura do seminário sobre “Globalismo”, da FUNAG – Palácio Itamaraty, 10 de junho de 2019. *Ministério das Relações Exteriores*. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/20512-discurso-do-senhor-ministro-de-estado-por-ocasio-da-abertura-do-seminario-sobre-globalismo-da-funag-palacio-itamaraty-10-de-junho-de-2019>. Acesso em: jan. 2020.

CASTRO, Gabriel Sandino de. 2019. Teoria, discurso e prática da política externa do governo Bolsonaro: breves considerações. *Boletim de Conjuntura Política e Econômica*, IEEI. p. 5-16. Disponível em: <<http://ieei.unesp.br/portal/wp-content/uploads/2019/12/Boletim-2019.pdf>>. Acesso em: abr. 2020.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. 2019. Interesse nacional e privatização da política externa brasileira. *Nexo Jornal*. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2019/07/07/O-in%C3%ADcio-do-governo-Bolsonaro-visto-por-cientistas-pol%C3%ADticos>>. Acesso em: mar.

2020.

FRANKEL, Joseph. 1970. *National Interest*. London: Pall Mall Press.

GONÇALVES, Williams. 2011. Panorama da política externa no governo Lula da Silva. In: FREIXO, Adriano de. [et al]. A política externa na era Lula. Rio de Janeiro: Apicuri.

_____; TEIXEIRA, Tatiana. 2019. Trump e a inflexão da Grande Estratégia. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; BOJIKIAN, Neusa M. P. *Trump: primeiro tempo – Partidos, políticas, eleições e perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2019. p. 185-206.

HIRST, Monica. 2004. *The United States and Brazil: A Long Road of Unmet Expectations*. New York: Routledge.

HIRST, Monica; PINHEIRO, Leticia. 1995. A política externa do Brasil em dois tempos. *RBPI*, v. 38. n. 1, p. 5-23.

KORYBKO, Andrew. 2018. *Guerras Híbridas – das Revoluções Coloridas aos Golpes*. São Paulo: Expressão Popular.

LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Marianna. 2019. O estilo Bolsonaro de governar e a política externa. *Boletim Opsa*, n. 1, Jan-Mar. p. 15-21. Disponível em:

<[http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim OPSA 2019 n1-jan-mar.pdf](http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2019_n1-jan-mar.pdf)>. Acesso em: jan. 2020.

MENEZES, Roberto Goulart. 2019. Governo Bolsonaro: a busca de

“relações carnais” com os Estados Unidos de Trump? *Boletim Lua Nova*. Disponível em:

<<https://boletimluanova.org/2019/04/03/governo-bolsonaro-a-busca-de-relacoes-carnais-com-os-estados-unidos-de-trump/>>. Acesso em: abr. 2020.

MRE (Ministério das Relações Exteriores). 2019a. Entrada em vigor do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-Estados Unidos – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e do Ministério da Defesa. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/21172-entrada-em-vigor-do-acordo-de-salvaguardas-tecnologicas-brasil-estados-unidos-nota-conjunta-do-ministerio-das-relacoes-exteriores-do-ministerio-da-ciencia-tecnologia-inovacoes-e-comunicacoes-e-do-ministerio-da-defesa>>. Acesso em: mar. 2020.

_____. (Ministério das Relações Exteriores). 2019b. Designação do Brasil como aliado prioritário extra-OTAN pelo governo dos Estados Unidos da América – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa. Disponível em:

<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20691-designacao-do-brasil-como-aliado-prioritario-extra-otan-pelo-governo-dos-estados-unidos-da-america-nota-conjunta-do-ministerio-das-relacoes->

[exteriores-e-do-ministerio-da-defesa](#)>.

_____. (Ministério das Relações Exteriores). 2019c. Comunicado Conjunto do Presidente Jair Bolsonaro e do Presidente Donald J. Trump – 19 de março de 2019, *Nota 70*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20186-comunicado-conjunto-do-presidente-donald-j-trump-e-do-presidente-jair-bolsonaro-19-de-marco-de-2019>>.

Acesso em: fev. 2020.

_____. (Ministério das Relações Exteriores). 2020. *Boletim Informativo Brasil-Estados Unidos*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/2020/Boletim_DEUA-jan2020.pdf>.

Acesso em: mar. 2020.

PINHEIRO, Leticia. 2004. *Política Externa Brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

RODRIGUES, José Honório. 1966. *Interesse Nacional e Política Externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SILVA, Alexandra de Mello e. Ideias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. *Rev. bras. polít. int.*, v. 41, n. 2, p. 139-158, 1998. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000200008&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em: jan. 2020.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. 2003. Discurso do Senhor Luiz Inácio Lula da

Silva, Presidente eleito da República Federativa do Brasil, no “National Press Club”, em Washington, D.C. 10 dez. 2002. In: SILVA, Luiz Inácio Lula da Silva; AMORIM, Celso; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *A Política Externa do Brasil*. Brasília: Ipri/Funag. p. 9-24.

TEIXEIRA, Tatiana. 2015. *Os think tanks na Política Externa Americana para o Brasil*. 260p. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj).

_____. 2019. Bolsonaro cede a Trump sem reciprocidade e com contrapartida mínima. *Informe OPEU*. 23. mar. Disponível em: <<https://www.opecu.org.br/2019/03/23/bolsonaro-cede-a-trump-sem-reciprocidade-e-com-contrapartida-minima/>>. Acesso em: jan. 2020.

Resumo

No presente artigo, trata-se da política externa do governo de Jair Bolsonaro (2019-), a qual representaria, na visão dos autores, uma ruptura com os elementos e princípios fundacionais de uma já consolidada e respeitada tradição diplomática brasileira – entre eles, a defesa do multilateralismo, a busca de diversificação de parceiros, o pragmatismo e a autonomia. Ao adotar uma política eivada de motivações ideológicas e ao preconizar uma agenda guiada por interesses particulares, e não nacionais, argumenta-se que o núcleo da administração atual apequena o país no plano internacional e abdica, cada vez mais, de uma margem de manobra necessária em qualquer negociação, seja nas relações bilaterais, seja nos principais fóruns e agências multilaterais. Para ilustrar este argumento, os autores discorrem sobre as relações entre o Brasil atual e os Estados Unidos do presidente Donald Trump (2017-), país com o qual Bolsonaro tem estabelecido um alinhamento automático, acrítico e ideológico.

Palavras-chave: Bolsonaro; Estados Unidos; Política Externa Brasileira; Relações Brasil-EUA. Trump.

Abstract

In this paper, the foreign policy of the government of Jair Bolsonaro (2019-) represent a break with the foundational elements and principles of an already consolidated and respected Brazilian diplomatic tradition - among them, the defense of multilateralism, the search for diversification of partners, pragmatism and autonomy. By adopting a policy riddled with ideological motivations and by advocating an agenda guided by particular, rather than national, interests, it is argued that the nucleus of current administration dwarfs the country internationally and increasingly forgoes a necessary margin of maneuver in any negotiation, whether in bilateral relations, or in the main multilateral forums and agencies. To illustrate this argument, the authors discuss the relationship between the current Brazil and the United States of President Donald Trump (2017-), a country with which Bolsonaro has established an automatic, uncritical and ideological alignment.

Keywords: Bolsonaro; United States; Brazilian foreign policy; Brazil-US relations in Trump Administration